

Entre promessas, as disputas territoriais e o fracasso anunciado: uma análise fora do eixo sobre grandes projetos de exploração da natureza no século XXI

**Between promises, territorial disputes, and the foreseeable failure:
an off-the-beaten-path analysis of large-scale nature exploitation
projects in the 21st century abstract**

Bruna Gonçalves Costa ¹

Maria Luíza Araújo Lopes ²

Pedro Mendonça Carvalho Santos ³

Resumo

A política brasileira é marcada por interesses territoriais, disputados numa correlação desigual de forças. De um lado, temos a política hegemônica, feita pelas elites e seus subordinados. Do outro, a resistência dos povos de base comunitária, contra-hegemônicos em defesa de seus territórios, frente aos ataques para expropriação e exploração. Com ênfase em dois grandes biomas, Cerrado e Amazônia, o objetivo deste trabalho é analisar marcos da política nacional numa conjuntura em que o primeiro foi sacrificado em prol do segundo. Para fins comparativos, relacionamos casos de ataque direto aos territórios, que embora tenham características econômicas distintas (agropecuária e energia), são atividades operadas sob a mesma lógica, a exploração da natureza. A investigação propõe uma abordagem geográfica sobre as diferentes facetas – impactos socioambientais, econômicos e climáticos – dessas atividades, com ênfase nas conjunturas desde o primeiro governo Lula (iniciado em 2003). Nesse sentido, discute-se os principais impactos aos territórios de base comunitária e possíveis contribuições das Geografias Fora do Eixo.

Palavras-Chave: Amazônia; Cerrado; Belo Monte; hidrelétricas; fronteira agrícola.

¹ Doutoranda em Geografia na Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora vinculada à Rede Geografias Fora do Eixo e à Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA). E-mail: bgc.brunacosta@gmail.com

² Mestranda em Geografia na Universidade de Brasília (UnB), Bacharel em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB) Pesquisadora vinculada à Rede Geografias Fora do Eixo e à Rede DATALUTA. E-mail: marialopesgea@gmail.com

³ Bacharel em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador vinculado à Rede DATALUTA. E-mail: geografo.pedrocarvalho@gmail.com

Abstract

Brazilian politics is marked by competing territorial interests, which are disputed within an unequal correlation of forces. On one side, we have hegemonic politics, led by elites and their subordinates. On the other, there is the resistance of traditional peoples, a counter-hegemonic movement in defense of their territories, facing attacks for expropriation and exploitation. With an emphasis on two major biomes, the Cerrado and the Amazon, the objective of this work is to analyze key moments in national politics in a context where the former was subordinated for the sake of the latter. For comparative purposes, we present cases of direct attacks on territories which, although possessing distinct economic characteristics (agribusiness and energy), are activities operated under the same logic: the exploitation of nature. The investigation proposes a geographical approach to the different facets – socio-environmental, economic, and climatic impacts – of these activities, with an emphasis on the circumstances starting with Lula's first term (which began in 2003). Therefore, we discuss the main impacts on traditional territories and possible contributions from Non-Mainstream Geographies.

Keywords: Amazon; Cerrado; Belo Monte; hydroelectric plants; agricultural frontier.

Introdução

A ideologia hegemônica reforça, de muitas formas, a separação entre o que é sociedade e o que é natureza. "O homem é a natureza tomando consciência de si mesmo", disse Élisée Reclus. Embora aponte para um processo, marcado pelo gerúndio em sua afirmação, seres humanos, em grande parte, ainda não tomaram consciência de que são natureza. De que o corpo humano é formado por água, minerais, microrganismos e que possui a capacidade biológica de se reproduzir. De que somos parte de ciclos de vida que envolvem desde nossa alimentação à nossa decomposição.

O estranhamento com a natureza é tão grande, que as principais decisões geopolíticas que estão sendo tomadas no mundo envolvem a exploração dos rios, dos mares, da terra, das rochas e minerais, das florestas, dos desertos, dos animais e do trabalho humano. Estamos em nítido desequilíbrio. As crises políticas marcadas pelos interesses neoliberais possuem múltiplas facetas (agronegócio, mineração, energia, extrativismo predatório, etc). Embora o interesse hegemônico explice sua intenção de explorar para lucrar (Dardot; Laval, 2016), ainda lidamos com as contradições do que é governar e disputar os espaços dentro dos moldes do sistema.

Por outro lado, temos resistências contra-hegemônicas que partem desde as bases populares. Indígenas, camponeses e camponesas, pescadores e pescadoras artesanais, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, povos de terreiro e populações locais historicamente marginalizadas pelos interesses do capital. São sujeitos territorializados que enfrentam o descaso institucional, que não os ampara perante o sistema burocrático do Estado. Embora invisibilizados, suas maiores expressões de luta são suas (re)existências por seus modos de vida, na defesa de seus territórios.

Este estudo é oriundo de um debate inicial realizado no III Colóquio de Geografias Fora do Eixo: Decolonialidade e soberanias na América Latina, realizado nos dias 10 e 11 de novembro de 2024, na Universidade de Brasília (UnB). Fazer geografias de práxis territoriais (Saquet, 2021) envolve superar geografias de fragmentação, como apontou o professor João Osvaldo durante sua fala no evento. Ou, como defendeu o professor Milton Mariani, reconhecer o território como um resultado histórico do encontro de gentes.

Partimos de um pressuposto de que Geografias fora do eixo são geografias propositivas, numa luta objetiva de romper com as injustiças territoriais postas. São geografias que se unem ao diferente, que buscam romper com as certezas ocidentalizadas, que disputam as narrativas. São Geografias das mulheres, dos povos locais, dos interiores do país, formadas também em campus universitários públicos e descentralizados.

Pensaremos algumas dessas questões em uma perspectiva comparativa das disputas territoriais produzidas no Cerrado e na Amazônia, sob o recorte temporal do primeiro governo Lula até a conjuntura mais recente do ano de 2025. Nossa objetivo é analisar os processos de disputas territoriais com padrões de exploração nos dois biomas, sob uma abordagem histórico geográfica.

Para isso, relacionamos a conjuntura política com conflitos nos quais a motivação é a natureza, seja por sua exploração ou defesa. Em níveis didáticos, trabalharemos com três casos: dois relacionados a hidrelétricas, sendo Belo Monte um exemplo fadado ao fracasso, que sintetiza muito do que não fazer e Cana Brava enquanto instrumento de exploração energética no Cerrado, assim como a devastação do bioma, configurado como uma Zona de Sacrifício.

Nesse ínterim, é fundamental considerar que a expansão da fronteira agrícola carrega consigo um verdadeiro conjunto de atividades predatórias – como o desmatamento, a grilagem, a expansão do agronegócio e até a construção de hidrelétricas

– que intensificam os conflitos nos e pelos campos, florestas e águas. Esse processo reforça a lógica desigual e desumana nos territórios e se configura como um dos principais vetores de disputas territoriais na Amazônia e no Cerrado.

Da esperança ao impasse: disputas territoriais e políticas socioambientais no brasil (2003-2025)

O primeiro governo Lula⁴, despertou grandes expectativas por ser interpretado como uma possível ruptura com as políticas neoliberais e, portanto, uma alternativa ao modelo desenvolvimentista, historicamente pautado na exploração social e ambiental (Novelli, 2024). O que se consolidou, no entanto, foi um modelo de desenvolvimento marcado por contradições que, em vez de romper com o neoliberalismo, acabou por reafirmá-lo sob nova roupagem.

Apesar de um discurso voltado à sustentabilidade, as ações dos governos Lula 1 e 2 reforçaram o papel do Brasil como exportador de *commodities*, consolidando a exploração da natureza como pilar de sua economia. O governo ficou marcado pelo Nacional-Desenvolvimentismo às avessas, cujas características são:

Desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das importações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação (Gonçalves, 2012).

As medidas que impulsionaram o crescimento econômico entre 2003 e 2010 tiveram altos custos socioambientais. Acreditava-se ser possível conciliar exploração da natureza e justiça social (Gudynas apud Novelli, 2024), mas o período foi marcado por intensa violência no campo e altos índices de desmatamento.

Embora desde o início pautasse a defesa da classe trabalhadora, os Governos Lula, cederam aos interesses do capital como forma de assegurar o mínimo de governabilidade, evidenciando suas contradições. Foram abertos espaços favoráveis à negociação com o agronegócio, representantes da mineração e de grandes empreendimentos de energia - responsáveis pelo extrativismo predatório:

⁴ Para o Governo Lula 1, entende-se o período 1º de janeiro de 2003 e 31 de dezembro de 2006; para o Governo Lula 2, entende-se 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2010.

Nós tínhamos aprendido a fazer política e que, quando você faz uma política de coalizão, os aliados têm que participar do governo, é assim em qualquer democracia do mundo. E vai continuar a ser assim. Enquanto não tiver uma reforma política no Brasil, vai ser assim: quem ganhar, quem quiser governar, vai ter que conversar com o Congresso, vai ter que conversar com a Câmara, vai ter que conversar com o Senado, vai ter que conversar com o movimento sindical, vai ter que conversar com os empresários. É assim que se governa (Lula da Silva, 2013, p. 19).

A disputa territorial transformou-se em um processo legítimo e a exploração da natureza escancarou contradições estruturais na luta de classes. Durante os governos, o avanço do desmatamento sobre as áreas de floresta amazônica gerou intensa comoção. O mesmo, no entanto, não ocorreu em relação ao Cerrado, que acabou se transformando em zona de sacrifício em razão de sua menor visibilidade internacional e ausência de um arcabouço legal mais rigoroso (Rigotto, 2022). A menor atenção e fiscalização sobre o mesmo fez com que ele se tornasse o principal receptor do chamado “efeito vazamento” da pressão do agronegócio (Rigotto, 2022).

O caráter contraditório de Lula foi expresso em um dos projetos mais emblemáticos de sua gestão, cuja magnitude evidenciou graves violações de direitos humanos. A Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, licenciada e concebida durante o governo, ignorou o direito à consulta prévia, livre e informada⁵ de povos indígenas e ribeirinhos da região, causando etnocídios, desestruturação social e uma série de violações em nome do “desenvolvimento” (Brum, 2014).

A chamada “reconciliação de classes” nos governos Lula (Singer, 2012) refletiu-se na estrutura governamental, onde setores como o agronegócio e a mineração controlavam ministérios estratégicos e bem financiados, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério de Minas e Energia (MME).

Já os movimentos socioespaciais e socioterritoriais (Fernandes, 2005) ficavam restritos a pastas com menor orçamento e poder institucional, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o que limitava sua atuação efetiva (Novelli, 2024). Essa representação desigual no governo reproduziu nos territórios as assimetrias de poder existentes na sociedade.

⁵ Procedimento previsto pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Havia uma evidente contradição nos discursos e práticas adotadas tanto pelos governos Lula 1 e 2, quanto pelos governos Dilma (2011 a 2016). Enquanto de um lado se falava na defesa e preservação do meio ambiente – e o Brasil ocupava um papel central na diplomacia mundial sobre o tema – do outro, a política de proteção ambiental era flexibilizada, privilegiando interesses estritamente econômicos. Como observa Martínez-Alier (2007), esse processo insere-se em uma lógica global, onde os custos ambientais recaem sobre as populações locais, enquanto os benefícios econômicos são apropriados por externos.

Durante os governos Dilma, ainda que os níveis de desmatamento na Amazônia tivessem caído⁶, a presidente foi fortemente criticada pela aprovação do Novo Código Florestal (2012)⁷ e por apoiar a implementação da UHE de Belo Monte em discursos à imprensa, sob a justificativa de “diminuir a poluição na região, cumprir com os acordos internacionais e garantir soberania energética”.

Seus posicionamentos contraditórios não foram suficientes para manter sua governabilidade, e em 2016, a presidente Dilma Rousseff foi vítima de um dos maiores golpes à democracia brasileira, que levou ao seu impeachment. Para Souza (2016), tal processo foi resultado de uma articulação entre parlamentares, mídia e mercado financeiro, que buscava restaurar a hegemonia neoliberal do país. O pós-golpe abriu espaço para a potencialização do discurso moralista e autoritário, que permitiu a ascensão do então deputado Jair Bolsonaro durante as eleições de 2018, chegando, consequentemente, à presidência da república.

O governo de Bolsonaro (2019-2022) representou a completa ruptura com as pautas territoriais e socioambientais, aliado à intensificação das violações de direitos humanos. Sua administração implementou um processo sistemático de desmonte institucional – e cortes orçamentários severos – nos principais órgãos socioambientais⁸, aliado à deslegitimização narrativa de diversas políticas públicas, bem como a difusão de discursos de ódio, de caráter fascista (Costa, 2024).

⁶ Entre 2010 e 2013 houve as menores taxas da série histórica registradas no país.

⁷ A mesma vetou trechos extremamente problemáticos da lei, mas não foi suficiente, visto o retrocesso ambiental gerado pela agenda.

⁸ Durante o governo Bolsonaro houve o ataque direto à órgãos como: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA); Fundação dos Povos Indígenas (Funai); Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio); MMA; entre outros – que tiveram seus orçamentos esvaziados (Novelli, 2024).

Um dos casos mais emblemáticos foi a nomeação do Ricardo Salles para ministro do meio ambiente. Este concentrou poderes e excluiu técnicos e a sociedade civil dos espaços deliberativos (Novelli, 2024). Segundo o ex-ministro, era necessário:

Essa é a oportunidade que nós temos, que a imprensa está nos dando um pouco de alívio nos outros temas. É passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas [...]. Tudo que a gente faz é "pau" no judiciário, no dia seguinte. Então pra isso precisa ter um esforço nosso enquanto estamos neste momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa -- por que só se fala de Covid -- e ir passando a boiada, e ir mudando todo o regramento, e simplificando normas, de Iphan, do Ministério da Agricultura, de Ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo... agora é hora de unir esforços para dar de baciada a simplificação regulamentar que nós precisamos, em todos os aspectos. Não precisamos de congresso. Por que coisa que precisamos de congresso também, nesse fuzuê que tá aí, nós não vamos conseguir aprovar. Agora, tem um monte de coisa que é só parecer, caneta... parecer, caneta [...]. Então isso aí vale muito a pena (Salles, 2020)⁹.

Às vésperas de uma pandemia, a competência de demarcação de terras indígenas foi transferida da Funai para o Ministério da Agricultura – medida mais tarde revertida pelo Congresso Nacional. Foram aceleradas as votações para o PL do Marco Temporal cujos partidos de direita protagonizaram um dos maiores retrocessos institucionais de políticas territoriais da história do Brasil (Costa; Sobreiro Filho; Lopes, 2023). Com uma agenda anti-ambientalista e anti-indígena, as vulnerabilidades presentes nos governos anteriores foram intensificadas, exploradas e institucionalizadas, resultando em diversos novos tipos de violência e violação.

O desmonte e o descaso de determinadas políticas públicas afetou profundamente as populações originárias e tradicionais, que passaram a enfrentar o aumento da violência e taxas de mortalidade, principalmente durante a pandemia de covid-19 (Costa, 2024), por terem sido alvo do eleitorado bolsonarista. Neste período invadir, desmatar, perseguir e matar não tinham consequências diretas, visto que as pautas ruralistas ganhavam força e avançavam no Congresso com o apoio do governo Bolsonaro¹⁰.

Em contrapartida, com o retorno do Governo Lula o país passa por uma nova conjuntura socioeconômica, que envolve o fortalecimento institucional e o aumento da

⁹ Declaração dada por Ricardo Salles, então Ministro do Meio Ambiente, em 22 de abril de 2020, reunião ministerial. Disponível em [Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19](https://www.mma.gov.br/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regras-enquanto-atencao-da-midia-esta-voltada-para-a-covid-19)

¹⁰ Inclusive foi durante o governo Bolsonaro que projetos de lei anti MST, conhecido como PL da invasão e o PL do Veneno foram mais divulgados e tramitados.

participação popular. Atrelado a isso, o protagonismo do Brasil no BRICS, foi marcado por um período de chegada de novos aliados e parceiros político-econômicos. Visto inicialmente como um “grupo estranho” (Stuenkel, 2017) que se formava na geopolítica mundial, agora temos uma conjuntura de fortalecimento dos países do Sul Global, que buscam romper com a lógica ocidental. O Brasil com seu novo papel, torna-se foco de investimentos e polo de extração. Portanto, ficam os questionamentos de como essas relações irão conduzir os interesses do capital e como irão lidar com os territórios de base comunitária, considerando o histórico de exploração que o Brasil carrega consigo, conforme abordaremos a seguir.

A expansão da fronteira agrícola: o sacrifício do Cerrado pela Amazônia em vias de sacrifício

A agricultura predatória¹¹ no Brasil não é um fenômeno isolado ou recente, mas uma característica constante desde o período colonial. A princípio, a exploração da natureza se concentrou nas áreas de floresta tropical, especialmente na Mata Atlântica. Com o passar do tempo, ela foi se expandindo e chegou às áreas de floresta amazônica, como hoje se evidencia. Esse caminho, entretanto, não foi sequencial e atravessou Brasil adentro devastando tudo que se tinha pela frente, inclusive o Cerrado.

Esse bioma, apesar de sua importância hídrica e ambiental, não possui o mesmo apelo simbólico que biomas como a Amazônia e a Mata Atlântica. Por isso, conta com legislações socioambientais mais frágeis (Cerqueira, 2023), como o Código Florestal de 2012, que exige apenas 20% de Reserva Legal em áreas de Cerrado fora da Amazônia Legal, enquanto na Amazônia esse percentual pode chegar a 80%, mesmo ambos sendo essenciais para a biodiversidade, o clima e a segurança hídrica (Oliveira, 2015).

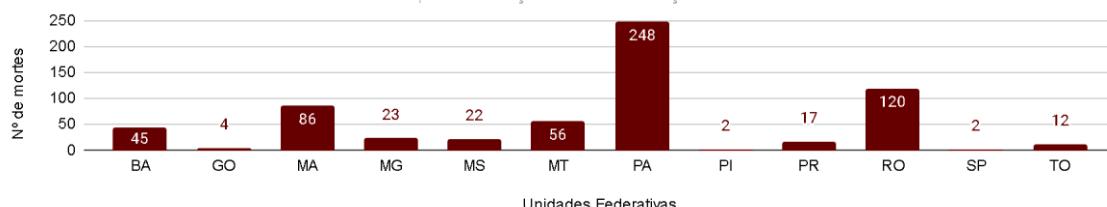
¹¹ A agricultura predatória não se restringe ao agronegócio – fenômeno político-econômico recente (Pompeia, 2021) –, mas remete também à períodos anteriores. Trata-se da exploração intensiva da natureza voltada à produção agrícola, caracterizada tanto pela extração natural excessiva, bem como pela adoção de formas hegemônicas de cultivo, como a monocultura. Embora o termo seja amplamente utilizado, sua origem não é bem definida; contudo, a noção pode ser identificada em reflexões de autores como Oliveira (2011), Fernandes e Silva (2023), entre outros.

Por outro lado, entre 2003 e 2022, 637 pessoas morreram em conflitos no campo nos estados que compõem o Cerrado, de acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹². Destes, os que mais chamam atenção são Rondônia com 120 mortos, seguido do Maranhão (86), Mato Grosso (56) e Bahia (46) como evidenciado no Gráfico 1. A vulnerabilidade normativa e política do Cerrado evidencia uma escolha estrutural: sacrificar o bioma e com ele as comunidades tradicionais que nele habitam em favor da expansão da fronteira agrícola.

Gráfico 1 - Morte em Unidades Federativas - Cerrado (2002-2022)

MORTES EM UNIDADES FEDERATIVAS - CERRADO (2002-2022)

Dados CIMI e CPT, sistematização Pedro Mendonça de Carvalho Santos



Fonte: CPT, 2002 a 2022. **Organização:** Maria Luíza A. Lopes, 2025.

O aumento exponencial da violência no campo durante o período foi sistematizado tanto pelos Cadernos de Conflito no Campo, da CPT, como também pelo Observatório da Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Em 2003, foram registrados, pela primeira vez, 1.690 conflitos, com 1.190.578 pessoas envolvidas e 35.292 famílias despejadas, com um total de 73 pessoas vitimadas (CPT, 2003).

Durante os anos de 2003 a 2006 (Lula 1) o desmatamento aumentou consideravelmente no Cerrado e na Amazônia Legal. Segundo o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite - PRODES (INPE, 2025) houve um pico em 2004, com 28.766 km² de área desmatada no Cerrado e 27.772 km² na Amazônia Legal (Gráfico 2).

¹² Os dados da CPT e do CIMI foram levantados e sistematizados pelo autor Pedro Mendonça Carvalho Santos no projeto de Iniciação Científica “Necropolítica no campo amazônico: Levantamento e análise de dados entre 2003 - 2023”, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF).

Gráfico 2 - Incrementos de desmatamento na Amazônia Legal e Cerrado (2002-2024)

INCREMENTOS DE DESMATAMENTO AMAZÔNIA LEGAL E CERRADO (2002-2024)

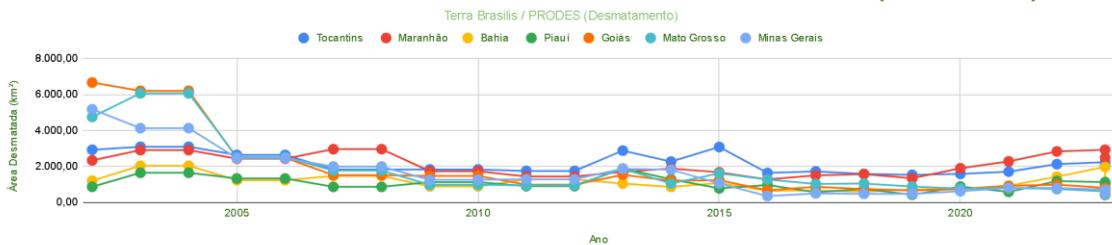


Fonte: INPE. PRODES, 2025. Organização: Maria Luíza A. Lopes, 2025

Enquanto no Cerrado, as Unidades Federativas (UFs) mais desmatadas no período foram Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Tocantins, como mostra o Gráfico 3, na Amazônia Legal, o estado do Mato Grosso ganha protagonismo, seguido do Pará e de Rondônia (Gráfico 4). Paralelamente, no mesmo período, os estados com maiores números de mortes em conflitos no campo foram Pará (88), Mato Grosso (18) e Minas Gerais (14). Todas as UF's supracitadas têm em comum o extrativismo predatório como principal atividade econômica, o que evidencia que a exploração da natureza está diretamente ligada a violência contra os povos e populações e a violação de seus territórios.

Gráfico 3 - Cerrado - Unidades Federativas mais desmatadas (2002-2024).

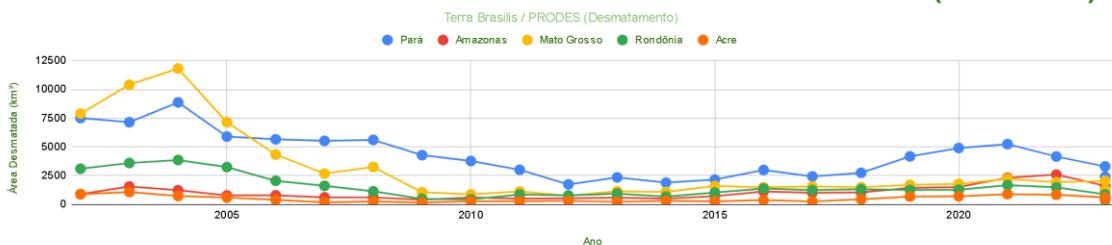
CERRADO - UNIDADES FEDERATÍVAS MAIS DESMATADAS (2002-2024)



Fonte: INPE. PRODES, 2025. Organização: Maria Luíza A. Lopes, 2025.

Gráfico 4 - Amazônia Legal - Unidades Federativas mais desmatadas (2002-2024).

AMAZÔNIA LEGAL - UNIDADES FEDERATÍVAS MAIS DESMATADAS (2002-2024)



Fonte: INPE. PRODES, 2025. Organização: Maria Luíza A. Lopes, 2025.

Mesmo com a diminuição das taxas de desmatamento nos anos finais do governo Lula (Gráfico 2), a fronteira do capital expandiu sem muita dificuldade para à região norte do país entre os anos de 2002 e 2006. Os conflitos no campo, por sua vez, tiveram em 2005, um pico ainda mais expressivo, chegando a 1.881 casos – o maior número dos governos Lula 1 e 2 – que resultaram em 38 mortes (CPT, 2013).

No Governo Dilma, as taxas de desmatamento no Cerrado voltaram a crescer (Gráfico 2), bem como o número de conflitos no campo. De 2012 a 2015, nota-se uma queda do desmatamento nos estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais ao passo que Tocantins e Maranhão (Gráfico 3) aparecem como novos pontos focais, evidenciando o que mais tarde viria a ser o MATOPIBA, “a última fronteira agrícola”.

Em 2016, ano do golpe, registraram-se 1.536 conflitos, com 61 pessoas mortas (CPT, 2025). O pico de violência no campo soava como um presságio dos anos que viriam. No primeiro ano do governo Temer, o número de mortes no campo aumentou de 61 para 71, enquanto o número de conflitos marcava os 1.431 (CPT, 2025).

Já no governo Bolsonaro, as taxas de desmatamento na Amazônia Legal e no Cerrado voltaram a crescer radicalmente, alcançando 2.123 conflitos, em 2020 – segundo ano do mandato (CPT, 2025). O estado mais afetado com o desmatamento na Amazônia Legal foi o Pará, com 18.471 km² (Gráfico 4), e registrou 20 mortes no campo, segundo a CPT (2025), simbolizando a constante destruição do bioma amazônico, incentivada pelo governo Bolsonaro.

Com o Governo Lula 3, escancarou-se as dificuldades de se manter um governo de coalizão. Os números de conflitos no campo continuam crescendo – 2.065 (2022), 2.250 (2023) e 2.185 (2024) (CPT, 2025) – ainda que as taxas de desmatamento no Cerrado e na Amazônia tenham caído. Alguns estados, no entanto, ainda despontam no Cerrado, como o Tocantins, o Maranhão, a Bahia e o Piauí, consolidando o MATOPIBA (Gráfico 3).

Desde 2012, o MATOPIBA vem despertando o interesse do agronegócio, que invade a região, provocando mortes e violência. Ao todo, foram 130 mortes relatadas pelo CIMI, até o ano de 2022, e 101, segundo a CPT¹³ (Gráfico 5). Na região, a pulverização

¹³ Tanto a CPT quanto o CIMI realizam levantamentos próprios das violações enfrentadas pelos povos dos campos, florestas e águas. É importante salientar que, por serem bancos de dados diferentes, os dados muitas vezes se complementam e/ou se sobrepõem, não sendo possível fazer a soma direta do número de mortes sem acarretar erros metodológicos.

de agrotóxicos é constante, dando origem a uma verdadeira guerra química, que traz consequências irreversíveis para a população (FETAEMA; RAMA; LEPENG/UFMA, 2025). Já na Amazônia, os estados do Amazonas, Rondônia e Acre ganham destaque a partir do ano de 2022, apontando para mais um estágio da expansão da fronteira agrícola, já conhecida como AMACRO (Gráfico 4).

Gráfico 5 - Mortes no campo, florestas e águas (2002-2022).



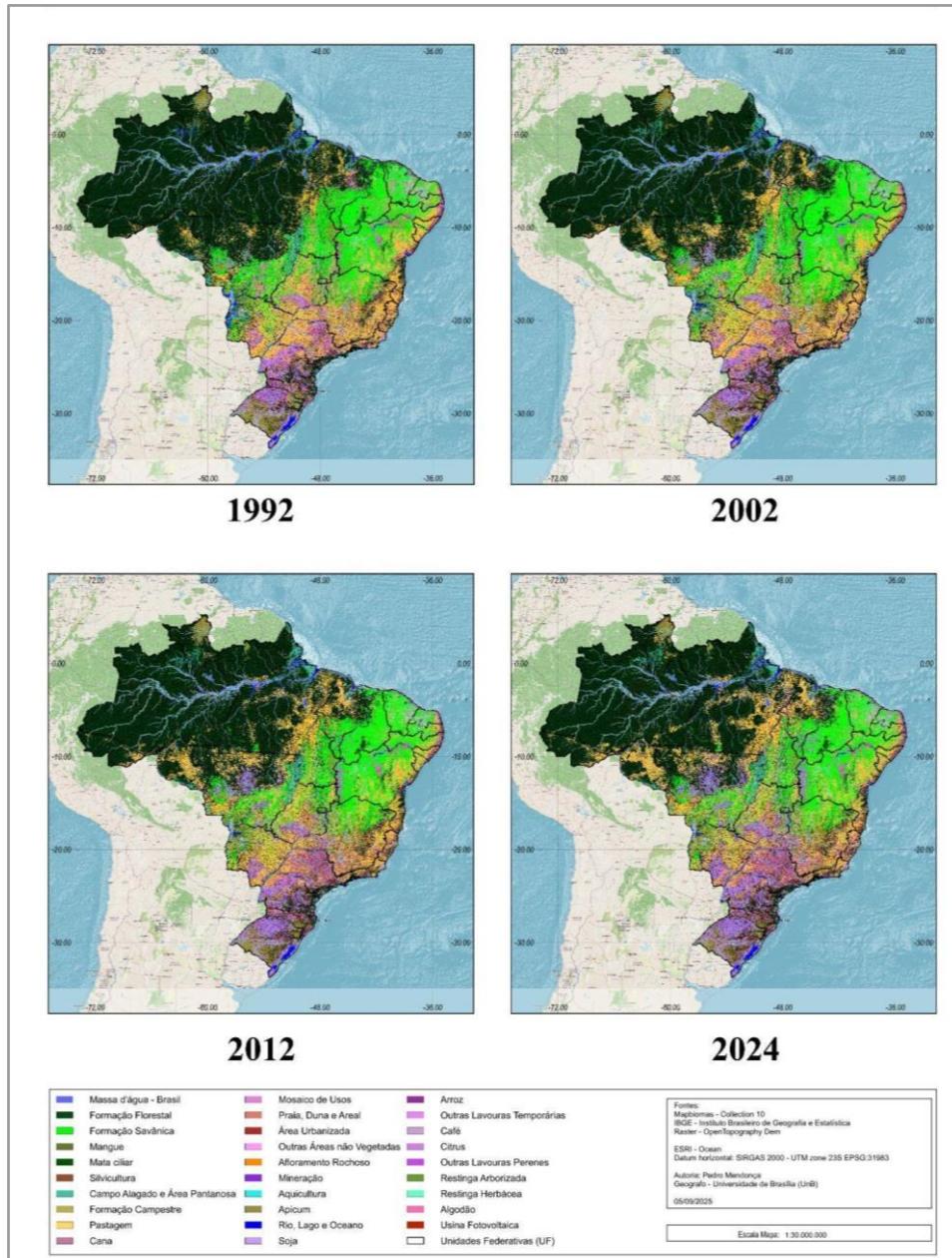
Fonte: CIMI, 2012 a 2022; CPT, 2012 a 2022. **Organização:** Maria Luíza A. Lopes, 2025.

Ambas as regiões registraram no ano de 2024, seus maiores índices de conflito dos últimos 10 anos, de acordo com a CPT (2025). Na AMACRO foram registrados 185 casos e no MATOPIBA, 415. O relatório classifica a Amazônia Legal como área de avanço da pecuária e da monocultura de soja – primeira e segunda fase da expansão da fronteira agrícola, respectivamente (CPT apud BATAIER, 2025). A Prancha 1 evidencia o avanço de tais atividades sobre a Amazônia entre os anos de 1992, 2002, 2012 e 2024.

Em muitos casos, essa expansão se dá de maneira brutal, evidenciando que a violência, em determinados espaços, tem se consolidado como um mecanismo desigual e desumano de disputa territorial (Sobreiro Filho; Sodré, 2021). O mesmo pode ser visto em Bataier (2025):

Embora sejam regiões distantes, o modo de agir dos agressores é semelhante. Homens que se intitulam donos da terra chegam de surpresa e bloqueiam vias usadas pelos antigos moradores. Para isso, usam cercas ou jagunços armados. Depois, incendiaram as casas de quem insiste em permanecer na área. Ameaças e agressões não são incomuns. Nos casos extremos, há tortura e assassinatos. (Bataier, 2025).

Prancha 1 - Uso e ocupação do solo - Brasil (1992, 2002, 2012, 2024)



Fonte: MapBiomas, 1992, 2002, 2012, 2024. **Organização:** Pedro Santos, 2025

O sacrifício imposto ao Cerrado não afastou a devastação da Amazônia, que pelo contrário, sofre com a lógica de ocupação e exploração predatória, sendo destruída em ritmos alarmantes. Fica evidente, portanto, que as políticas de preservação seletiva, foram incapazes de conter a expansão das práticas econômicas comprometendo, simultaneamente, a diversidade de ambos os biomas.

Cerrado: o berço das águas e a exploração hídrica

A segurança do “berço das águas” nunca foi prioridade diante dos processos de desmatamento conduzidos no Cerrado. Apesar da relevância estratégica, o bioma carece de uma gestão compatível à sua importância, visto a relevância para o abastecimento e manutenção da vazão de água nos sistemas aquíferos brasileiros. De acordo com o Scariot, Felfili e Silva (2005), a principal ameaça que perpassa o Cerrado é a apropriação territorial de suas áreas de recarga hídrica para a produção de bens primários¹⁴. A forma desenfreada de utilização dos recursos e os impactos a longo prazo podem produzir riscos a outros ecossistemas nacionais.

Há no Cerrado, diversas formas de disputas e apropriação de territórios por parte do capital, que impõe sua lógica sobre os sujeitos e evidencia uma desigual correlação de forças. Logo, o sujeito cerratense é fadado ao sacrifício e tem sua identidade territorial sacrificada, contribuindo para a invisibilização de suas pautas.

A implementação das Usinas Hidrelétricas tem se somado ao processo de espoliação (Harvey, 2004) das terras cerratenses e atenta contra a vida dos povos e comunidades tradicionais que vivem na região, sendo, o estado de Goiás estrategicamente escolhido para perpetuar tal lógica.

O caso de Cana Brava, em Minaçu, Goiás, é resultado dos processos exploratórios financiados pela ordem neoliberal no Cerrado. Ele foi um marco na utilização do rio Tocantins como recurso natural, submetendo seu leito a sucessivos alagamentos em prol da produção energética (Pinheiro, 2006). O Projeto foi pautado pela franco-belga Tractebel-Suez e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em três anos (1999 - 2001) as obras foram finalizadas, e as famílias foram expropriadas de suas terras e de seus modos de vida.

Segundo Pinheiro (2006), diferentes sujeitos multiétnicos foram atingidos pelo empreendimento¹⁵. A falta de transparência no processo de definição da elegibilidade

¹⁴ “A região contribui com 71% da produção hídrica na bacia do Araguaia/Tocantins, 94% no São Francisco e 71% no Paraná/Paraguai. O Cerrado, com 24% do território nacional, contribui com 14% da produção hídrica superficial brasileira, mas, quando se exclui a bacia Amazônica da análise, verifica-se que o Cerrado passa a representar 40% da área e 43% da produção hídrica total do restante do país” (Scariot; Felfili; Silva, 2005, p. 28).

¹⁵ Garimpeiros; arrendatários; pequenos proprietários; meeiros; proprietários rurais; além das comunidades tradicionais Avá-Canoeiro e Kalunga.

dificultou os processos compensatórios, e, na maioria dos casos, o sujeito sem documentação formal não conseguiu ser elegível à reparação.

O Estado, por meio de levantamento e revisão censitária da Companhia Energética Meridional (CEM), reconheceu 258 famílias atingidas (Pinheiro, 2006). Entretanto, as estimativas atuais indicam que a empresa Tractebel foi responsável por expropriar 986 famílias diretamente afetadas pela Usina de Cana Brava, nos municípios de Minaçu, Cavalcante e Colinas do Sul (La Biodiversidad, 2005).

Em contrapartida, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) conduziu uma agenda de lutas e organizou as populações atingidas em Minaçu, em busca de uma reparação justa para todos. Ao longo dos 24 anos de implementação da usina, mesmo com lutas expressivas, nunca houve acordos que suprissem a necessidade da população que hoje padece sob a vulnerabilidade socioeconômica.

O MAB (2024) reafirma a luta dos atingidos por Canabrava contra as violências coletivas exercidas pelo empreendimento, visto que no caso analisado grande parte das famílias não tiveram direito à informação e à negociação, nem puderam contar com organizações populares locais fortes que as representassem no início do processo.

Em todos os estados que compõem o bioma, foram registrados episódios de violências e desrespeito semelhantes ao caso, a exemplo da UHE Lajeado, no Tocantins, ou do modelo adotado durante a implementação da UHE Jupiá, no Mato Grosso do Sul. Essas experiências revelam um padrão estrutural que se repete em todo país, evidenciando o modelo energético, historicamente imposto de forma violenta sobre territórios e populações.

Do belo ao brutal e o monte de conflitos que sustentam uma hidrelétrica

Enquanto o Cerrado era sacrificado pela sustentabilidade da Amazônia, os projetos voltados para a região não a privaram da devoção à devastação. A Amazônia é, sem dúvidas, um dos principais territórios em disputa no mundo. Marcada por uma vasta biodiversidade, de clima tropical e grande extensão territorial, a Amazônia é ao mesmo tempo um trunfo de vitória daqueles que a disputam, e alvo quando se trata das motivações dos interesses hegemônicos.

De acordo com Loureiro (2022), esse é um processo histórico que marca a região amazônica, evidenciando a contradição do bioma de sofrer devido seus maiores atributos:

exuberância e riqueza. Dentre as utilidades da Amazônia mencionadas pela autora, estão as hidrelétricas. No que concerne ao caso de Altamira, um município atingido pelo grande projeto da UHE de Belo Monte, observa-se um nítido exemplo de um caso no qual as políticas públicas falharam. O projeto pode ser entendido como um símbolo das contradições que um país colonizado pode expressar: a terra que sedia a segunda maior hidrelétrica do país é a mesma que paga a tarifa energética mais alta.

A UHE de Belo Monte promove disputas territoriais em correlação desigual de forças com a população do estado do Pará. Sua construção foi iniciada em 2011 e representou um conglomerado de contradições do discurso desenvolvimentista para a Amazônia. Segundo Johansen et al (2024), uma das problemáticas experienciadas pela população de Altamira após a instalação da UHE de Belo Monte, foi a insegurança alimentar, expressa em 61% dos domicílios da amostra da pesquisa.

"Belo monstro", assim Pellegrino (2023) chamou a hidrelétrica em seu trabalho, cujos resultados apresentados foram os sofrimentos psíquicos oriundos da implementação do projeto para o povo Arara, no qual também se reafirma a continuidade dos processos coloniais.

De acordo com os seus critérios e sem consulta prévia, a UHE de Belo Monte separou famílias ao criar os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), direcionando-as para conjuntos habitacionais distintos e com longas distâncias uns dos outros. Fez uma higienização fundamentada no racismo ambiental (Pacheco; Faustino, 2013), desterritorializou os beradeiros e beradeiras (a população da beira dos rios) e os realocou em zonas periféricas da cidade. Belo monte mudou o curso do rio. Levou um inchaço populacional marcado por múltiplas violências aos humanos e não humanos.

Segundo a Rede Xingu+, a construção de Belo Monte também impactou diretamente 12 Terras Indígenas e grupos de povos isolados da região, que inclui a negação brutal dos direitos dos povos indígenas, sem o respeito aos protocolos de consulta das comunidades e com impactos diretos aos seus espaços de sobrevivência.

Araújo, Pinto e Mendes (2014) apontam que a implantação da UHE de Belo Monte teve intensa resistência dos povos indígenas da região de Altamira, sendo a motivação para realizarem o Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, no ano de 1989, quando o projeto da hidrelétrica começou a ser debatido. A resistência indígena contra o projeto de Belo Monte foi um dos motivos pelo qual a construção da UHE retardou por

quase vinte anos do previsto inicialmente, sendo um marco desse processo a ação da indígena Tuíre Kayapó¹⁶.

Os territórios atingidos por Belo Monte são expressões de uma política feita sob o domínio hegemônico, explicitamente voltado aos interesses do capital. Muito territórios foram espoliados ou impactados por alagamentos, aumento de conflitos, queimadas, expansão do monocultivo de soja, desmatamento, e de modo cada vez mais intensificado pelas mudanças climáticas, que somada ao desequilíbrio provocado pela UHE de Belo Monte, resultou nas piores estiagens já registradas na Amazônia.

Entre 2023 e 2024 o Governo Federal precisou direcionar mais de 700 milhões de reais devido à crise social, econômica e ambiental provocada pela estiagem na Amazônia, distribuídos em forma de auxílio extraordinário para pescadores e pescadoras artesanais da Região Norte¹⁷, beneficiários do seguro-defeso (Câmara dos Deputados, 2024a; 2024b), Altamira foi contemplada pela política emergencial, numa conjuntura de extrema seca do Rio Xingu, ao passo que o período também foi marcado pelo baixo aproveitamento do potencial energético da UHE de Belo Monte (Guimarães, 2024).

Entretanto, como relata Vandana Shiva (2024), há uma profunda distorção das causas estruturais dos problemas relacionados às emergências climáticas. A decisão por medidas paliativas representa um profundo descaso com a natureza, o que impacta principalmente as populações empobrecidas, racializadas e de regiões superexploradas:

A economia natural gera uma demanda de produtos da floresta em termos de manutenção da estabilidade dos sistemas de solo e do equilíbrio hidrológico dos ecossistemas florestais. Por exemplo, a produção de húmus é essencial para a conservação do solo e da água. Em ecossistemas ecologicamente sensíveis, como bacias hidrográficas em terras altas, essa economia é da maior importância e deveria ter a prioridade necessária na gestão florestal. Negligenciá-la implica uma enorme quantidade de externalidades negativas para o tesouro nacional, como auxílio para atingidos por inundações e secas regulares (facilmente descritas como fúria da natureza), e empurra para segundo plano a base ecológica desses eventos (Shiva, 2024, p. 46).

Portanto, o que observamos no caso da UHE de Belo Monte é a demonstração de um projeto governamental que atingiu negativamente sua população local, gerando custos

¹⁶ Mulher indígena que colocou um facão contra o rosto do então presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes. Para mais informações acesse: <https://g1.globo.com/pará/noticia/2024/08/11/quem-foi-tuire-kayapo-lideranca-indigena-do-xingu-que-morreu-aos-57-anos-no-pará.ghtml>

¹⁷ Para mais informações, acessar: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/servicos/auxilio-emergencial-1/auxilio-emergencial> e <https://www.gov.br/mpa/pt-br/servicos/auxilio-emergencial-1/auxilio-emergencial-2>

federais, mas principalmente, custos sob a vida da população local, cujo pagamento de muitos foi o próprio território.

Considerações Finais

O que vem acontecendo com o Cerrado e com a Amazônia são as consequências de tomadas de decisões, que por sua vez, incidem diretamente nos territórios. As políticas públicas podem exterminar, fragilizar ou fortalecer territórios. É por isso que se faz necessária uma Geografia feita com práxis, Geografias fora do eixo que disputam as decisões, que fortaleçam, mas que também sejam resistências. Ser propositivo em diferentes espaços e se aliar às causas populares é imprescindível para a transformação do espaço.

O que podemos observar ao decorrer dos governos, foi a materialização de políticas construídas a partir de paradigmas distintos, os dados demonstraram a intensificação de violências e tensões das disputas territoriais que foram aliadas a implementação de grandes projetos, seja no âmbito agropecuário ou energético.

O que se observa nos biomas analisados é a espacialização de projetos político-econômicos, cuja principal metodologia envolve espoliação, exploração e desapropriação. As populações são atingidas pelos mesmos padrões: O aumento de violência; a gravidade dos impactos ambientais; o empobrecimento da população; a violação dos territórios (direta ou indiretamente).

Para isso, algumas ferramentas passíveis de disputa decorrem do próprio reconhecimento territorial tendo em vista que no Brasil, grande parte dos territórios de povos e comunidades tradicionais ainda não estão amparados pelo Estado, a exemplo dos territórios pesqueiros e dos territórios de povos de terreiro, que sequer são formalmente reconhecidos. Tendo o instrumento legal de reconhecimento territorial, é imprescindível que entre em exercício as demarcações, a exemplo das terras indígenas, que em grande parte ainda vivenciam conflitos por seus processos demarcatórios não estarem finalizados.

O papel da Geografia, nas análises espaciais, na pesquisa participativa, na pesquisa militante, enquanto docentes e eternos estudantes, é olhar para as ferramentas que são passíveis de disputas perante as diferentes instituições da sociedade. Os territórios de povos e comunidades tradicionais são ancestrais. Embora suas existências possam anteceder as normas e os conflitos vigentes, o território se forma no cotidiano,

através dos modos de vida. Nesse sentido, para territórios que já possuem o amparo legal de seus direitos, é importante que possamos contribuir para fortalecer cada vez mais sua manutenção.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Mayara Moreno Vasconcelos; PINTO, Karina de Jesus; MENDES, Flávio de Oliveira. A Usina de Belo Monte e os impactos nas terras indígenas. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Macapá, n. 6, p. 43-51, 2014.

BATAIER, Carolina. Violência no campo bate recorde na última década e áreas de avanço do agronegócio concentram casos de assassinatos. **Brasil de Fato**, São Paulo, 23 abr. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/04/23/violencia-no-campo-bate-recorde-na-ultima-decada-e-areas-de-avanco-do-agronegocio-concentram-casos-de-assassinatos/> Acesso em: 31 ago. 2025.

BRUM, Eliane. Belo Monte: a anatomia de um etnocídio. **El País Brasil**, 1 dez. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html Acesso em: 5 set. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Medida provisória beneficia pescadores do Norte afetados pela seca com auxílio de R\$ 2.824. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 8 out. 2024. 2024a. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/1101175-medida-provisoria-beneficia-pescadores-do-norte-afetados-pela-seca-com-auxilio-de-r-2-824> Acesso em: 31 ago. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Medida provisória destina R\$ 938,4 milhões para ações de combate à seca e a incêndios florestais. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 24 out. 2024. 2024b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1105526-24-10-mp-mp-destina-r-938-milhoes-para-acoes-de-combate-a-seca-e-a-incendios-florestais> Acesso em: 31 ago. 2025.

CERQUEIRA, Eduardo Bahia. **O Cerrado e suas comunidades tradicionais: impactos e a percepção estudantil relacionada a esses aspectos**. 2023. 125 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Conservação de Recursos Naturais do Cerrado) – Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí, Urutaí, 2023.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil**. Brasília: CIMI, [s.d.]. Disponível em: <https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/o-relatorio/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Conjuntura da Política Indigenista: O Presidente Lula e os “entraves” de seus dois mandatos!**. Disponível em: <https://cimi.org.br/2010/12/31398/> Acesso em: 5 set. 2025.

COSTA, Bruna Gonçalves. **A natureza originária numa geografia sob protesto:** uma análise dos movimentos socioterritoriais indígenas no Brasil. Orientador: Eduardo Paulon Girardi. 2024. 242 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.

COSTA, Bruna Gonçalves; SOBEIRO FILHO, José; LOPES, Maria Luiza Araújo. Nota técnica do DATALUTA Floresta contra o Marco Temporal e em defesa das lutas e resistências dos povos indígenas. 2023. **Boletim Dataluta**, 16(186).

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil 2003.** Coordenação: José Batista Gonçalves Afonso; Antônio Canuto; Cássia Regina da Silva Luz. Goiânia: CPT Nacional, 2004. 228p.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo – Brasil 2012.** Goiânia: CPT Nacional, 2013.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo – Brasil 2024.** Goiânia: CPT Nacional, 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 402p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **REVISTA NERA**, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 14-34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; SILVA, Allan de Campos. O desenvolvimento predatório do agronegócio. **Le Monde Diplomatique Brasil**, edição 190, 2 de maio de 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-desenvolvimento-predatorio-do-agronegocio/>. Acesso em: 8 set. 2025.

FETAEMA - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão; RAMA - Rede de Agroecologia do Maranhão; LEPENG/UFMA - Laboratório de Extensão, Pesquisa e Ensino de Geografia. **Guerra química no Maranhão:** pulverização de agrotóxicos sobre comunidades – ano 2024. São Luís: FETAEMA; RAMA; LEPENG/UFMA, jul. 2025.

GONÇALVES, Reinaldo. O governo Lula e o nacional desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 31, p.5-30, fev. 2012.

GUIMARÃES, Maria. Belo Monte e estiagem secam Volta Grande do Xingu. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, ed. 346, dez. 2024.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo.** 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES)**. São José dos Campos: INPE, 2025. Disponível em:
https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates
Acesso em: 31 ago. 2025.

JOHANSEN, Igor Cavallini; CALVI, Miquéias Freitas; LUZ, Verônica Gronau; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; ARANTES, Caroline C.; ISAAC, Vitória Judith; UTSUNOMIYA, Renata; REIS, Vanessa Cristine e Souza; MORAN, Emílio F. Poverty–food insecurity nexus in the post-construction context of a large hydropower dam in the Brazilian Amazon. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 21, n. 155, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph21020155>

LA BIODIVERSIDAD. **Brasil**: multinacional arbitrária. 2005. Disponível em:
https://www.biodiversidadla.org/Principal/Prensa/Brasil_multinacional_arbitraria
Acesso em: 3 jul. 2025.

LOUREIRO, Violeta. **Amazônia**: colônia do Brasil. Manaus: Editora Valer, 2022.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. O necessário, o possível e o impossível: entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 9-18.

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens. **Atingidos por barragens de Goiás se reúnem com o INCRA e MDA e pedem apoio para reconhecimento e reparação**. 2024. Disponível em: <https://mab.org.br/2024/04/23/atingidos-por-barragens-de-goias-reunem-com-o-incra-e-mda-e-pedem-apoio-para-reconhecimento-e-reparacao> Acesso em: 10 de jul. 2025.

MAPBIOMAS. **Coleção 10 da série 1992 de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas> Acesso em: 10 ago 2025.

MAPBIOMAS. **Coleção 10 da série 2002 de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas> Acesso em: 10 ago 2025.

MAPBIOMAS. **Coleção 10 da série 2012 de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas> Acesso em: 10 ago 2025.

MAPBIOMAS. **Coleção 10 da série 2024 de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas> Acesso em: 10 ago 2025.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

NOVELLI, José Marcos Nayme. A Política Ambiental Brasileira (2003-2022): da contradição à devastação. Campos Neutrais: **Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**. Rio Grande. v. 6, n. 3., p. 10 - 33 – set.-dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.14295/rcn.v6i3.17094>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “**É uma mentira dizer que no Brasil a terra é produtiva**”. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos – IHU On-Line, publicada em 9 de janeiro de 2011. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/39669-e-uma-mentira-dizer-que-no-brasil-a-terra-e-produtiva-entrevista-especial-com-ariovaldo-umbelino> Acesso em: 8 set. 2025.

OLIVEIRA, Gustavo Bediaga de. **O novo Código Florestal e a Reserva Legal do Cerrado**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

PACHECO, Tânia; FAUSTINO, Cristiane. A Inilidível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa. In: PORTO, M. F., PACHECO, T.; LEROY, J. P. (org.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, p. 73-114.

<https://doi.org/10.7476/9788575415764.0004>

PELLEGRINO, Érika Fernandes Costa. **Sofrimento psíquico e Belo Monte**. 2023. 93 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

PINHEIRO, Daniele. **Reestruturação do setor elétrico no Brasil e suas consequências no tratamento de questões sociais e ambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, GO**. 2006. 113f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

RIGOTTO, Raquel Maria. O Cerrado como zona de sacrifício imposta pelo agronegócio. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 24 maio de 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-cerrado-como-zona-de-sacrificio-imposto-pelo-agronegocio/> Acesso em: 5 set. 2025.

SAQUET, Marcos Aurélio. Uma geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 57, p. 54–78, 2021. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i57.8497>

SCARIOT, Aldicir; FELFILI, Jeanine Maria; SILVA, José Carlos Sousa (org.).

Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação. [Revisão técnica]. Brasília:

Ministério do Meio Ambiente, 2005, 439 p. Disponível em:

<http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/handle/123456789/630> Acesso em: 3 jun. 2025.

SHIVA, Vandana. **Terra viva:** meu manifesto por uma alternativa ao capital global. Tradução de Aline Staut. São Paulo: Elefante, 2024.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOBREIRO FILHO, José; SODRÉ, Ronaldo Barros. A violência no campo da Amazônia: análise de dados sobre assassinatos, ameaças e perfis dos assassinados. In: MELO, S. N.; MASULLO, Y. A. G.; CARVALHO (org.). **Crime e Território:** estudos e experiências em políticas de Segurança Pública. 1. ed. São Luis: IMESC, 2021, v. 1, p. 63-79.

SOUZA, Jessé de. **A Radiografia do Golpe:** Entenda Como e por que Você Foi Enganado. 1. ed. [S. l.]: Leya, 2016. 144p.

STUENKEL, Oliver. **BRICS:** e o futuro da ordem global. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz&Terra, 2017.

Recebido em 15/08/2025.

Aceito para publicação em 15/10/2025.